

Democratizar a permanência estudantil e minimizar as desigualdades: reflexões sobre as políticas de assistência estudantil

Democratize student permanence and minimize inequalities: reflections on student assistance politics

Democratizar la permanencia estudiantil y minimizar las desigualdades: reflexiones sobre las políticas de atención al estudiante

Maria Janete de Lima¹ 

¹ Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil.

Autor correspondente:

Maria Janete de Lima

Email: limamariajanete@gmail.com

Como citar: Lima, M. J. (2023). Democratizar a permanência estudantil e minimizar as desigualdades: reflexões sobre as políticas de assistência estudantil. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 16(35), e20179.

<http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v16i35.20179>

RESUMO

Neste artigo desenvolvo apontamentos sobre a Democratização e permanência estudantil no sentido de minimizar as desigualdades dos estudantes no ensino universitário. Aspectos estes perpassados pelas políticas educacionais de assistência estudantil, os desafios da governamentalidade neoliberal do estado brasileiro, sob o enfoque sobre o biopoder e a biopolítica e suas ações de intervenção da assistência dos estudantes na universidade brasileira em especial na Universidade Federal de Campina Grande, no campus do Centro de Formação de Professores, a influência da governamentalidade neoliberal nas diretrizes destas políticas de assistência, para tanto foi utilizado suporte teórico bibliográfico da teoria de Michael Foucault e seus interpretes. O objetivo é aproximar as reflexões sobre os programas desenvolvidos na universidade pública brasileira e suas formas de atuação, implementação, acompanhamento e revisão no tocante a política de assistência estudantil do Plano Nacional Assistência Estudantil. Este texto tem como base primária a tese de Doutorado em Educação da autora apresentada na Universidade Federal de Sergipe no Programa de Pós graduação na qual obteve o título de Doutora com o tema das políticas de assistência estudantil.

Palavras-chave: Análise. Auxílio. Estadia. Educação.

ABSTRACT

In this article I develop notes on Democratization and student permanence in order to minimize student inequalities in university education. These aspects permeate the educational policies of student assistance, the challenges of the neoliberal governmentality of the Brazilian state, with a

focus on biopower and biopolitics and their intervention actions in student assistance at the Brazilian university, especially at the Federal University of Campina Grande, in the campus of the Teacher Training Center, the influence of neoliberal governmentality in the guidelines of these assistance policies, for that purpose bibliographical theoretical support of Michael Foucault's theory and its interpreters was used. The objective is to bring together reflections on the programs developed at the Brazilian public university and their ways of acting, implementing, monitoring and reviewing the PNAES student assistance policy. This text is primarily based on the author's Doctoral thesis in Education presented at the Federal University of Sergipe in the Postgraduate Program in which she obtained the title of Doctor with the subject of student assistance politics.

Keywords: Analysis. Assistance. Staying. Education.

RESUMEN

En este artículo desarrollo notas sobre democratización y permanencia estudiantil con el fin de minimizar las desigualdades estudiantiles en la educación universitaria. Esos aspectos permean las políticas educativas de atención al estudiante, los desafíos de la gubernamentalidad neoliberal del estado brasileño, con foco en el biopoder y la biopolítica y sus acciones de intervención en la atención al estudiante en la universidad brasileña, especialmente en la Universidad Federal de Campina Grande, en del campus del Centro de Formación Docente, la influencia de la gubernamentalidad neoliberal en los lineamientos de estas políticas asistenciales, para ello se utilizó el sustento teórico bibliográfico de la teoría de Michael Foucault y sus intérpretes. El objetivo es reunir reflexiones sobre los programas desarrollados en la universidad pública brasileña y sus formas de actuar, implementar, monitorear y revisar la política de atención al estudiante del PNAES. Este texto se basa principalmente en la tesis de Doctorado en Educación de la autora presentada en la Universidad Federal de Sergipe en el Programa de Posgrado en el que obtuvo el título de Doctora con el tema de políticas de atención a los estudiantes.

Palabras clave: Análisis. Ayuda. Permanecer. Educación.

INTRODUÇÃO

Neste artigo desenvolvemos apontamentos sobre a Democratização e permanência estudantil no sentido de minimizar as desigualdades dos estudantes no ensino universitário. Aspectos estes perpassados pelas políticas educacionais de assistência estudantil, os desafios da governamentalidade neoliberal do estado brasileiro, sob o enfoque sobre o biopoder e a biopolítica e suas ações de intervenção da assistência dos estudantes.

As políticas sociais aparecem de acordo com o contexto histórico e visam a atender às necessidades e ao interesse dos cidadãos. Essas políticas são resultantes das desigualdades estruturais do Estado liberal capitalista dos séculos XIX e XX. Conforme Yazbek (2008): as Políticas Sociais de viés público possibilitam aos sujeitos sociais acessar serviços de cunho social e demais formas de assistência necessários a vida social, econômico, cultural, político, ambiental posto que são dimensões primordiais a subsistência. Pensar em políticas de cunho público e social remete aos princípios constitucionais da Carta Magna de 1988 e sempre devem promover ações direcionadas para a realização e fortalecimento de direitos, necessidades e potencializando os cidadãos de todo empoderamento que o Estado está habilitado a cumprir.

A constituição do termo política pública, suas relações com a gestão pública, as inter-relações com as instituições e a coletividade de grupos sociais, devem responder ao modo de organização relativa à cultura, ao contexto financeiro, com a geração de trabalho digno, promoção de melhoria das instituições de educação, de saúde, possibilitando a convivência, a cooperação e a promoção dos diversos grupos sociais entre si. As políticas públicas sociais têm na contemporaneidade o Estado em ação, órgãos públicos e setores da sociedade civil que dão origem

e efetivação aos programas sociais, configurando a orientação política dos responsáveis pelo Estado.

As políticas educacionais constituem um elemento de normatização da educação pelo Estado, guiado pela necessidade que a sociedade apresenta, vislumbrando o direito aos bens promovidos pela educação e o completo desempenho cognitivo dos estudantes por meio da emancipação social. Nesse sentido, Estado, sociedade, universidade fazem parte de uma tríade a ser constituída em articulação, promovendo políticas públicas educacionais por meio de decisões coletivas e democráticas dos grupos sociais: governo, profissionais e sociedade.

A materialização das políticas públicas educacionais e sociais fazem parte de uma relação complexa em que o tempo histórico e social são determinantes das conexões e estruturação dessas políticas, podendo incorrer em soluções temporais ou permanentes, como em desigualdades estruturais e contraditórias na sua implementação.

Ao identificar a questão global do neoliberalismo, Dardot e Laval (2016) elaboram um modelo de genealogia sobre o neoliberalismo para apresentar as descontinuidades e relações entre o liberalismo clássico do século XVIII e o neoliberalismo, assim como para problematizar essa relação, mostrando como essa doutrina econômica passa a ser um sistema de normas que mantem influência ao mundo inteiro, de modo a estender sua lógica sobre o capital, assim como, sobre as relações sociais e as esferas da vida humana» (2016, p. 7). Para os autores Dardot e Laval (2016), esse modelo de racionalidade neoliberal que se estabelece nos anos 1980-1990 resulta da multiplicidade de processos heterogêneos sociais que por sua vez se constituem no que os autores identificam como nova racionalidade governamental (2016, p. 33-34).

O estabelecimento social dessa nova racionalidade governamental, ou forma social de comandar mundo, nos termos dos autores, se constitui basicamente de formas: Do mercado à concorrência, da concorrência como ações dos setores econômicos e financeiros que promovem à concorrência como natural do Estado em ação e, da concorrência como norma do Estado/empresa à concorrência como conduta do sujeito-empresa (Dardot e Laval, 2016 p. 379)

De acordo com Castro (2015), identificamos uma definição de governo bem aos moldes de Foucault. O entendimento de Foucault sobre as formas de governo, se expressam em eixos: o governo estabelece relações entre os sujeitos e esse mesmo governo mantém relação consigo mesmo. No primeiro sentido, o governo estabelece um conjunto de ações que se tornam realizadas pelos sujeitos. Ao trabalhar visando um campo de possibilidade atua sobre os sujeitos e promove comportamentos que atuam conduzem suas vidas, sempre de uma maneira subliminar de atuar sobre um ou vários sujeitos, numa sucessão de controle sobre suas existências (Castro, 2015, p. 189).

Para Buta e Teixeira, (2020 p. 2) O conceito de governança é polissêmico, multidimensional e carregado de ambiguidade (apud Rose-Ackerman, 2017). As formas e normas, de governança representam aspectos ideais a ser seguidos, de modo que, os desafios à boa governança vão além de efetividade, transparência e legalidade, pois se estabelecem em condições de equidade, participação social, democracia, nas relações dos direitos humanos.

De modo que, para Buta e Teixeira (2020), Governança se define, portanto, por acordos de conveniência de aspecto público que possibilita a incorporação de todos os interessados, sob a controle do Estado, na solução dos problemas de ordem comum, promovendo assim a efetivação de um desempenho público de qualidade, assim como de controle da sociedade.

Em Dardot e Laval (2016) podemos identificar que o termo governança se tornou uma palavra-chave no vocabulário neoliberal, dentro do arcabouço que concentra três dimensões: o governo das empresas, dos Estados e, por fim, do mundo. Deste modo, o vocábulo governança, ocupa o lugar da palavra soberania; transformação esta que resultará em mudanças na relação interna do Estado, do território e da população, de modo ampliado no ambiente internacional, geopolítico e geoeconômico. Assim as relações se complexificam entre estado e sujeito social.

Assim não só o Estado que se adequa a essa nova forma de racionalidade neoliberal, e sim as formas de sociedade são pensadas como um mercado, no qual cada ser social é uma empresa que está em contínua competição. Essa forma de racionalidade se torna a mediação de todas as relações sociais: o homem neoliberal é o homem competitivo pela conquista de mercados, inteiramente submerso em níveis mundial (Dardot e Laval, 2016, p. 322)

Segundo Castro (2015), Foucault faz uso do termo governamentalidade para se dirigir ao seu objeto de estudo e das formas de um governo exercer formas de poder por meio de práticas pautadas em modelos subjetivos. Aqui destaco dois pontos:

- 1) O conjunto formado, pelas instituições, processos, análises, cálculos e estratégias que possibilitam executar essa forma de movimento do poder que tem, por objetivo primordial, a população; na sua forma centralizada a economia política; e, como recurso técnico indispensável, os dispositivos de segurança (p. 190).
- 2) governamentalidade [é] a confluência entre as técnicas de ascendência exercidas sobre outros e as técnicas de si (p. 191).

Foucault amplia os conceitos de governabilidade e governança ao expandir uma definição dinâmica sobre as formas de ações dos dirigentes políticos e a forma de gerir a vida de uma população:

A arte de governar, se constitui em 1) reestruturar as relações que a perpassam de maneira global a fim de tentar descobrir e estruturar as técnicas de poder; 2) repassam para o exterior dessas tecnologias e se reconstitui nesta forma de economia de poder; 3) absorve o movimento das tecnologias de poder e as reestrutura na relação poder-saber (Foucault, 2008, p. 481).

Importante notar na citação acima que o fundamento da arte de governar se encontra na política como técnica e tecnologias de produzir e reproduzir relações humanas no interior da sociedade ou da pólis. Não obstante, para cumprir seu desígnio, o governo político constrói técnicas e tecnologias capazes de dar forma às interações humanas atravessadas pelas variáveis do poder, pelos cálculos de eficácia dos exercícios do poder, suas dosagens econômicas entre a tirania e a libertinagem. O político, portanto, consiste na figura do técnico da pólis que conhece as ações e os instrumentos, com diferentes graus de precisão, para produzir relações agonísticas, sinérgicas e antagonistas no interior das sociedades, articulados ou contrários a algumas de suas regras culturais. Na governamentalidade acontecem continuidades ascendentes e descendentes, em que o exercício do poder aproxima aquele que exerce as coisas que são por ele exercidas. Interessante destacar, nesse sentido, que dentre as inúmeras políticas correlativas à pluralidade antropológica ou etnológica das sociedades modernas, a «arte de governar» denunciada por Foucault, presente na sociedade neoliberal, institui-se herdeira do imperialismo moderno, mais especificamente de seus modos colonialista e liberal. Com efeito, o colonialismo pode ser destacado como um importante fundamento desses regimes políticos, especialmente determinantes das relações ou mediações econômicas, mas que não lhe são exclusivos, já que as culturas suprimidas pela modernidade também são, em sua maioria, sociedades excludentes economicamente, por natureza. Podemos dizer, assim, que colonialismo e imperialismo, na medida em que se infiltraram no interior das culturas locais, aproveitaram, reforçaram, potencializaram e prolongaram, esses seus mecanismos, dispositivos, técnicas e tecnologias como uma estrutura ou um modo geral de exercício político, de produzir ordem nas relações no interior das sociedades.

A relação com o saber nesse modelo de estado governamentalizado é produzido em locais específicos através de técnicas de racionalização definida como controle racional entre igualdade e liberdade.

RELACIONANDO A GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO PNAES

A organização e regulação pelo Estado reverbera nas políticas públicas sociais que englobam um conjunto de instituições para a efetivação das ações de governo; desse modo, desenvolvo análises para compreender as práticas do governo brasileiro relacionando a governamentalidade neoliberal, estruturada como conceito por Foucault, e as ações de assistência estudantil promovidas pelo PNAES.

O pensamento de Foucault sobre o Estado e as técnicas impressas nele, revela um Estado governamentalizado que se guia por técnicas de racionalização, sendo a primeira o controle racional entre igualdade e liberdade controladas, e a segunda os dispositivos de segurança; um duplo vínculo no qual o estado invisibiliza sua ação e controla a população.

Neste sentido, o biopoder ancora-se no corpo coletivo, na população, no corpo múltiplo para se constituir como tal. O fenômeno pelo qual ele se institui é através da massa ou população. O mecanismo de configuração é a previsão de estatísticas globais através de instituições que são contratadas para a produção destes dados. A finalidade essencial do biopoder é manter o equilíbrio, regulação e a homeostase políticas e econômicas, deixando a população em equilíbrio para a construção das políticas públicas (Foucault, 2005, 30-34).

O biopoder pode ser lido na esteira de uma antropologia do poder soberano e disciplinar, na medida em que a etnologia (em termos gerais e comparativos) e a etnografia (em termos específicos e singulares) nos ensinam sobre a pluralidade acerca dos métodos destinados a produzir e reproduzir mediações ou mediadores entre as relações e/ou os usos corporais comunitários. No terceiro momento com o biopoder, a política é identificada como a arte de governar, mediante símbolos e práticas, as relações corporais e ideológicas no interior da pólis. O cerne da política enquanto técnica se encontra em sua capacidade de produzir regras de ação, de reação e de recepção dos corpos. Por conseguinte, compreendo que um estudo que pretende desvelar as regras políticas imperialistas, necessita conhecer as regras governamentais das relações entre os corpos no interior da cidade ou da comunidade modernas e/ou tradicionais.

O corpo-espécie, identificado por Foucault, define o biopoder no controle das taxas de natalidade, de postos de trabalho, de produção de renda, de definição de espaços urbanos e de sistemas ecológicos. Desse modo, o biopoder equilibra características estimulando e reprimindo as populações, influenciando na demografia da população e endemias da natureza. Ao efetivar o movimento das técnicas e tecnologias de poder-saber, agora centradas na população, o conceito de governamentalidade se figura como uma estrutura de ações, por parte de um «corpo coletivo», diferente da sociedade, chamado Estado. Trata-se de uma forma de poder complexa e específica encontrada em diferentes regiões do Planeta, que objetiva governar e se aparelhar para se manter dominante.

No biopoder o discurso se faz por meio de um sujeito fundador, pela expressão de interioridade, de pensamentos, recordações e sentimentos. No biopoder existe uma mediação universal que promove o intercâmbio de discursos, diálogos, discursões, réplicas no sentido de conduzir a uma razão ou conhecimento. Para Foucault, os discursos são vistos como práticas históricas cambiantes que não estão definidos. No biopoder os discursos são expressão do sentido das coisas. Para Foucault, o discurso é uma violência sobre as coisas, se não partir do sujeito. A crítica sobre a exterioridade do discurso por si mesmo, como o discurso de grupos religiosos, sistemas pedagógicos, tem uma produção histórica e coercitiva, pois são construídos fora da dimensão pessoal mediante sua instrumentalização. Esse discurso tem forte influência nas pesquisas, de modo que na sociedade moderna a investigação ainda continua usando os métodos de origem positivista, cuja objetividade depende da construção de perspectivas ou de observadores externos às subjetividades humanas, então assumidas por máquinas e aparelhos lógicos ou tecnológicos em que os corpos humanos são componentes.

Castro (2015), ao estudar os temas de governamentalidade e biopoder como práticas sociais disciplinares e biopolíticas do governo dos homens, destaca o encadeamento entre Estado, mercado, empresa, liberalismo e neoliberalismo. Os conceitos de biopoder passam a fazer parte da terceira fase de Foucault, ao nomear como o poder exercido sobre o corpo político denominado população, assim como ações empreendidas sobre a vida da coletividade. O conceito de Foucault de governamentalidade revela uma tendência no Ocidente, quando o governo se aparelha da própria máquina pública para continuar dominando o público, através de um processo em que o estado de justiça, depois estado administrativo, tornou-se governamentalizado (1988).

O governo é visto como um conjunto de forças que movem a economia e a população, gerando uma super dominação do estado sobre as forças produtivas, num movimento de realização deste estado como defensor racional da população. Assim, o tema da governamentalidade visa discutir a estatização dessa sociedade, no que tange à visão de «homem econômico» feito de relações de poder, configurações e práticas. Castro, identifica as análises de saber, poder e sujeito como:

O saber, o poder ou o sujeito para Foucault existem no plural e não tem identidade que supere suas múltiplas formas históricas. Por essa razão, para exprimir a multiplicidade histórica de cada um deles, no último curso no Collège de France, Foucault não fala de saber, mas substitui por modos de verificação, não fala de poder, mas se refere a técnicas de governamentalidade e não fala de sujeito, e sim de práticas de si (Foucault, 2011, p.10 apud Castro, 2015, p. 57).

Compreendemos que as técnicas de governamentalidade são pautas do governo vigente na contemporaneidade brasileira que age sobre a massa da população e se constitui pelo conhecimento econômico e controle da segurança. As técnicas de governamentalidade se estruturam ainda, por meio da subjetivação instituída culturalmente, pela organização da prática de si ou cuidado de si.

Ao tratar das aproximações entre a governamentalidade neoliberal e a educação, Veiga-Neto (2013, p. 21) destaca a década de 1970 no Brasil como início dos estudos sobre essa relação entre os termos, principalmente sobre a performatividade, o controle, o empresariado de si, a precariedade do trabalho docente, a competição e o consumo exagerado. Assim, a governamentalidade atua entre os dois eixos ortogonais: o eixo da individuação e o eixo da população encontram as técnicas de controle já identificadas por Foucault, que são dominação exercida sobre os outros e as técnicas de si. Por meio da educação escolarizada a governamentalidade neoliberal se efetiva junto à população, primeiro na escola básica e depois na universidade.

Ainda no intuito de aproximação com o tema, destaco a citação de Veiga-Neto sobre as formas de subjetivação exercidas primeiro pela empresa, adotando a gestão, a informação e as decisões, a cargo dos trabalhadores, fomentando o empresariado de si mesmo como reorganização do trabalho, formas de controle e produtividade do trabalhador. De semelhante modo, a escola e a educação são permeadas por relações de poder, forjadas pela objetivação e posterior subjetivação dos sujeitos, se constitui no contexto da governamentalidade neoliberal em instrumento para a formação de sujeitos adormecidos para os aspectos da ordem social, econômica, cultural e política.

Ao desenvolver articulações sobre a governamentalidade e sua relação com a educação, pode-se pensar sobre os ambientes escolares e de formação nas universidades. O acesso à tecnologia e à produção de subjetividades nesses espaços geram um repertório de comportamentos e valores que são muitas vezes incompatíveis com a escola e a universidade. Outro destaque diz respeito à articulação entre o trabalho imaterial desenvolvido na contemporaneidade que valoriza a cooperação e a produção de inovações com a educação escolarizada. Veiga-Neto (2013) destaca as novas configurações sobre o trabalho docente e as percepções sobre a função da educação escolar na contemporaneidade. Sobre o trabalho do educador em níveis da incessante flexibilização,

falta de profissionalização, iniciativas de desqualificação, quadro de marginalização pela sociedade, falta de valorização salarial, ausência de discussões políticas, desgaste das associações e sindicatos (p. 37), o que se visualiza é um docente em permanente estado de alerta sobre sua profissão e sua prática pedagógica à mercê de metodologias e teorias do Estado neoliberal.

Sobre o papel da educação escolar e da universidade, em especial os cursos de licenciatura, Veiga-Neto (2013) destaca que a estratégia pedagógica do Estado neoliberal fortalece a formação de sujeitos em constante processos de aprendizagem, em permanente reafirmação de si, num infinito aprender a aprender como gestor de si e do seu fazer docente.

Ao tratar da governamentalidade neoliberal identifico o PNAES como um programa de assistência estudantil por meio de objetivos que se relacionam entre si, no combate à evasão e permanência dos estudantes na universidade e, de semelhante modo, assume para si a efetivação das ações e programas e se configurando no mantenedor da educação universitária.

As observações e críticas ao Decreto do PNAES podem ser consideradas por se tratar de um programa que requer o equilíbrio da participação social na universidade, de modo que o binômio acesso-permanência é gerido por iniciativas governamentais centradas no acesso, por vezes, porém, sem ou com reduzidas ações de permanência. Para além dos recursos financeiros, porém, o governo não desenvolveu ações de investimento proporcionais à ampliação do acesso, fato que gerou um descompasso que continua representado na atualidade das políticas de assistência estudantil. No bojo das políticas públicas geradoras de políticas sociais, ao criar e ampliar universidades sem fazer concurso público para áreas de ensino e de gestão envolvidas, gera sobrecarga aos educadores, aos técnicos e contribui com a terceirização de técnicos administrativos numa situação de descaso com a universidade e com os estudantes nos serviços prestados. Não podemos perder de vista que os contratos de serviços entre público e privado mediante terceirizações vêm sofrendo abalos com os frequentes cortes e reduções de financiamentos da universidade pública por parte dos governos neoliberais.

Ao destacar as ações da assistência estudantil pelas universidades, é necessário considerar que elas atendem a diferentes grupos de estudantes que têm diferentes necessidades para além dos critérios de acesso aos programas; especificidades que vão do espaço regional às características socioeconômicas. Neste caso, entra em destaque a autonomia das instituições universitárias para o gerenciamento dos recursos do PNAES. De modo que a redução do número de evadidos e retidos nos cursos de licenciatura, uma cobertura proporcional de programas e estudantes favorecidos, quando devidamente avaliado o número de pedidos nos editais, tudo isso possibilita aos dirigentes das universidades, seja Reitores e Pró-Reitores na obtenção e gerenciamento dos recursos financeiros.

Nestes termos, compreender as políticas de permanência dos estudantes no ensino universitário passa por pensar o desempenho acadêmico destes estudantes, as dificuldades acadêmicas que os programas podem amenizar, as dificuldades financeiras que os valores podem custear e a cidadania que o apoio educacional se constitui para a comunidade acadêmica beneficiada pelos programas. Considerando que essas políticas buscam enquadrar o diferente no normal, governar seus corpos, vigiar, disciplinar, como consequência, o estudante contemplado com o benefício deve seguir procedimentos, cumprir rituais, preencher fichas e formulários, assumir compromissos e deveres de não transgredir, de não transpor a normalidade. Desse modo, com algumas ressalvas, as políticas de assistência estudantil podem amenizar as dificuldades e desigualdades provenientes das políticas na governamentalidade neoliberal, (considerando que esse mesmo estado neoliberal também constrói políticas que promovem igualdade e equalização para favorecer o domínio neoliberal) essas políticas precisam ser acompanhadas e apropriadas pelos estudantes, que pelo seu viés de subjetividade, podem se constituir em mecanismo de controle político, ideológico e financeiro: Contudo, sou de acordo que essas políticas podem ser instrumento de luta política no caso brasileiro.

Apresentamos uma análise documental realizada por instituições que fazem o acompanhamento do PNAES, como ANDIFES, FONAPRACE, Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU). Tendo como norte o estudo documental do Decreto do PNAES 7234/2010, os documentos utilizados compreendem os anos de 2015 a 2020. Assim procuramos abordar aspectos relacionados a participação dos estudantes nos Programas de Assistência Estudantil. O Decreto do PNAES 7234/2010 no Artigo 2º, traz a determinação quanto aos objetivos da Assistência Estudantil:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. Sendo que as ações deverão ser implementadas articuladas com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento dos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação das instituições federais de ensino superior (PNAES, 2010, p. 1).

Ao analisar o texto dos objetivos do PNAES penso como tem se efetivado a permanência dos estudantes da população brasileira, como estes têm enfrentado as desigualdades sociais e regionais de um país com uma população de mais de 200 milhões de habitantes, como a evasão tem sido identificada entre os dados e avaliações realizados, quais os modelos de inclusão para a população de um país tão diverso. Como as diferenças tem sido incorporadas nas ações políticas. Ao presenciar uma universidade compartimentalizada em suas ações e projetos, como realizar a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão dando atenção aos estudantes que participam dos programas de assistência social. Essas são inquietações que procuro me aproximar para compreender o fenômeno na contemporaneidade brasileira mediante o estudo dos documentos em pauta. O Decreto do PNAES se inicia com o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) para pensar e discutir sobre as instituições de ensino superior e as condições de acessibilidade e formas de permanência dos estudantes, visando ainda a promoção e a elaboração de políticas pautadas pelo direito à educação, espaço para formação de todos no âmbito dos assuntos comunitários e estudantis. De acordo com o entendimento dos profissionais que fazem o FONAPRACE, a assistência estudantil pode ser compreendida como:

[...] um conjunto de princípios e diretrizes responsáveis pelos programas e ações que visam garantir o acesso, a permanência e a finalização de estudos pelos estudantes dos cursos de graduação nas Instituições Federais, na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida (Fonaprace, 2012).

Os dados encontrados na revista do FONAPRACE apresentam uma ampliação das áreas identificadas inicialmente (conforme já citado no Art. 3º § 1º), assim como identificam outras áreas que podem ser criadas para atender reivindicações e demandas dos estudantes.

1)Manutenção, tendo como linhas temáticas moradia, alimentação, saúde, transporte, creche e portadores de necessidades especiais; 2) Desempenho Acadêmico, colocando-se como linhas temáticas bolsas, estágios remunerados, ensino de línguas, acesso à informática, fomento à participação político-acadêmica e acompanhamento psicopedagógico; 3) Cultura, Lazer e Esporte, incluindo o acesso à informação, a manifestações artísticas, culturais e esportivas; e 4) Assuntos da Juventude, envolvendo orientação profissional, sobre mercado de trabalho e prevenção a fatores de risco (Fonaprace, 2012, p. 213).

O aspecto que trata do desempenho acadêmico estudantil tem se revelado primordial, colocando-se como auxílio em bolsas e estágios remunerados aos cursos de licenciatura, cursos de línguas, acesso à informática, incentivo à participação político-acadêmica e acompanhamento psicológico e pedagógico efetivo. Outro destaque urgente se faz aos assuntos da juventude, no sentido de orientação profissional e abrangente a formação nas licenciaturas, sobre mercado de trabalho e prevenção a fatores de vulnerabilidade social.

De modo especial, reflito como a universidade pode dar conta de todas essas demandas quando recebe uma população historicamente excluída e que, ao adentrar à universidade, tem que permanecer e concluir os referidos cursos que envolvem diferentes custos financeiros. Sem dúvidas, as ações de intervenção estatal, no que trata das políticas de assistência estudantil, quando se trata dos programas PAEG e Residência universitária, podem se encaminhar para práticas de permanência em todas as frentes, não só econômica/financeira e sim na permanência com a garantia das condições sociais, pedagógicas e psicológicas dos ingressantes nos programas de assistência. Em outras palavras, vislumbramos as políticas de permanência devem atuar tanto no nível material quanto no nível simbólico das relações de poder ou de governamentalidade.

Um documento interessante a ser apresentado se trata do relatório de consolidação de auditorias sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que abarcou o período entre 2015 e 2016, realizadas em 58 Universidades Federais. Destacarei aspectos relevantes para a pesquisa em curso. De acordo com os dados do referido relatório, o programa PNAES é o 3º maior orçamento das instituições de ensino universitário, ficando atrás somente das ações de Funcionamento das Instituições e da Reestruturação e expansão das Universidades (REUNI).

Neste sentido, os gestores envolvidos no PNAES são o MEC, na qualidade de entidade supervisora, através da Secretaria de Educação Superior (SESU), e as universidades, na qualidade de instituições executoras da política.

De acordo com o Relatório da CGU (2017), o Ministério da Educação, por intermédio da SESU, compreende e concorda com os resultados encontrados e se propõe a desenvolver medidas para corrigir as fragilidades encontradas e fortalecer as ações do Programa, definindo diretrizes orientadoras:

1. Criação de instrumentos para subsidiar a avaliação e o acompanhamento da execução dos auxílios concedidos pelas instituições públicas federais no âmbito do Programa;
2. Aperfeiçoamento dos mecanismos de verificação e validação da renda declarada pelo estudante quanto ao grupo familiar;
3. Revisão dos normativos que regulamentam o Programa, especialmente, critérios de elegibilidade, formas de seleção dos beneficiários, repasse dos recursos, áreas de abrangência do Programa entre outros (Relatório da CGU, 2017 p. 24)

No ano de 2018 foi realizada a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições de Ensino Superior sob a idealização do Observatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis – FONAPRACE. Para esta pesquisa busco identificar os dados sobre o uso de alguma ação ou programa referente à assistência estudantil.

No universo da assistência estudantil, os serviços, ações ou programas mais utilizados foram, por ordem decrescente: alimentação (acesso aos restaurantes universitários, com ou sem bolsa ou auxílio financeiro), com 17,3% de estudantes respondendo “sim”; transporte (via bolsa, isenções ou auxílios financeiros), com 8,2%; bolsa permanência da instituição, com 7,6%; e moradia (acesso a moradias estudantis, a bolsas ou auxílios financeiros), com 7,5% de respostas positivas (Fonaprace, 2018)

Santos (2009), em sua tese, desenvolve uma análise sobre as formas de permanência como política de ação afirmativa, busca identificar projetos institucionais e estratégias informais, nas quais, os estudantes conseguem permanecer na universidade. Para a autora, esses projetos e

práticas contribuem para a permanência qualificada dos estudantes assim como amplia os campos e oportunidade de modalidade social destes sujeitos.

O conceito de permanência simbólica em Foucault, remete ao poder disciplinar no estudo da microfísica do poder como uma estratégia, seus efeitos de dominação, técnicas, funcionamentos que perpassam a rede de relações sempre tensas, sempre em atividade. Assim, através da genealogia do poder Foucault procura captar, por meio da erudição histórica (Foucault, 2002b, p. 7 apud PERISSINOTTO, p. 318, 2007), o objetivo que é restaurar um saber histórico das lutas e reaver como se dá a utilização deste saber nas táticas atuais; como, nesse processo histórico, diferentes memórias, várias resistências, outros saberes locais foram sepultados e sujeitados a um saber hegemônico. (Perissinotto, p. 318, 2007).

A governamentalidade aparece como uma hipótese de Foucault sobre as relações de poder: a governamentalidade promove desvios estratégicos nas práticas de dominação e poder. Para Candioto (2011, p. 104), a governamentalidade é o conceito operatório mais genuíno e profícuo da analítica do poder foucaultiano ao estabelecer o vínculo entre técnicas de si com as tecnologias de dominação, a constituição do sujeito para a formação do Estado, no sentido de diferenciar os dois fenômenos. Isso reitera os desdobramentos construídos pela investigação, tendo por base analisar as formas de subjetivação das relações de poder.

CONCLUSÃO

Os conceitos e análises sobre a governamentalidade neoliberal de Foucault são atualizados por seus intérpretes, transformando o campo de estudo como um novo conhecido ou um velho desconhecido, ou tudo ao contrário, pois, novos conceitos e o desconforto me levaram para conhecimentos e reconhecimentos. Foucault e seus intérpretes me ensinaram ao olhar crítico e sensível para ver a sociedade e sua construção política, social e econômica, assim como suas relações com a educação e as políticas de assistência estudantil.

Sobre o futuro da assistência estudantil depende de vários elementos entre eles está a prevalência da governamentalidade neoliberal existente no Brasil que constantemente se reorganiza, se remodelar utilizando artifícios discursivos diversos e modalidades de intervenção, que se fortalecem enquanto retórica do controle social, político e econômico dominantes na social brasileira

Portanto, faz-se necessário contextualizar os micro dispositivos e micro poderes da governamentalidade na genealogia da ética foucaultiana, que ao escrever sobre uma analítica crítica do tempo presente, apresenta os discursos e sua produção como possibilidades de transformação dos sujeitos, mediante a distribuição de pequenas parcelas de saber-poder como um modo de governamentalidade. Nesse caso, a universidade e as leis que as rege são dispositivos que têm como função responder a uma certa urgência de um imperativo histórico acerca dos sistemas de exclusão. Então, sustentados pelas interdições, segregações e verdades/falsidades. A universidade consiste em uma instituição que, por excelência, demonstra sua ambiguidade, na medida em que funciona no eixo do saber-poder, ao mesmo tempo, oprimindo e distribuindo poder. Nesses termos, pudemos notar que o exercício da governamentalidade neoliberal está justamente nas dinâmicas em que adquirir e exercer saber-poder tem como consequência se ver oprimido pelo compromisso e pela responsabilidade com o saber-poder recebido ou conquistado. Não obstante, essa elaboração nos faz lembrar de um certo enunciado que diz: todo (saber) poder tem um preço.

Contribuições de Autoria: Lima, M. J.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual. A autora leu e aprovou a versão final do manuscrito.

Aprovação Ética: Não aplicável.

Agradecimentos: Não aplicável.

REFERÊNCIAS

Andifes. (2021). Relatório de atividades das instituições federais de ensino superior no ano letivo de 2020.

Brasil. (2013). Ministério da Educação. Censo da Educação Superior: Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br.pdf>

Brasil. (1988) Constituição da República Federativa do Brasil: Brasília. Senado Federal. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br>

Brasil. (2010) Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

Brasil. (2011) Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 14 ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2017.

Brasil. (2015) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. – Brasília, DF: InepÇ

Buta, B O; Teixeira, M A C. (2020) Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. *Organizações & Sociedade*, 93, 370-395.

Candioto, C. (2011). A governamentalidade em Foucault: da analítica do poder à ética da subjetivação. *O que nos faz pensar*, 21(31), 72-109.

Castro, E. (2015). Introdução a Foucault / tradução Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Controladoria-Geral da União (2016). Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) Secretaria Federal de Controle Interno Diretoria de Auditoria de Políticas Sociais I. <https://auditoria.cgu.gov.br/download/10212.pdf>

Controladoria-Geral da União (2020) Relatório De Avaliação De Governança Da Rede Federal De Universidades Órgão: MEC – Ministério da Educação Unidade Examinada: Secretaria de Educação Superior Município/UF: Brasília/DF Relatório de Avaliação: 817350

Dardot, P; Laval, C. (2016). A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo.

Fonaprace (2012). Revista comemorativa 25 anos do FONAPRACE: histórias, memórias e múltiplos olhares. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Org.) Coordenação, ANDIFES. UFU, PROEX.

Fonaprace (2011) Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), Brasília.

Fonaprace (2019). V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. Observatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis.

Foucault, M. (2005). Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). Martins Fontes: São Paulo.

Foucault, M. (1988). História da sexualidade I: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal.

Lima, M J de. (2022). Análise das políticas de assistência estudantil: pensando as formas de permanência de estudantes universitários no contexto da governamentalidade neoliberal. UFS/PPGED. 2022. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2018) Repensando a Garantia de Qualidade para o Ensino Superior no Brasil 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinaes/relatorio-ocde>

Perissinotto, R M. (2007). História, sociologia e análise do poder. *História Unisinos* 11(3), 313-320.

Santos, D. B. (2009). Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. Tese de Doutorado. 2009.

Unesco. (1988). Conferência Mundial sobre Educação Superior: ensino Superior no Século XXI. Visão e Ação, Paris.

Veiga-Neto, A. (2013). Governamentalidade e educação. Revista Colombiana de Educación, 65(65), 1-20.

Yazbek, M C. (2008). Estado e Políticas Sociais. *Praia Vermelha*, 18, 72-94.

Recebido: 13 de junho de 2023 | **Aceito:** 22 de outubro de 2023 | **Publicado:** 30 de dezembro de 2023



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.